

Boletim Informativo

Edição de Setembro, 2008 - Vol. 1

Presidente do Senado Federal recebe título máximo da Brukcham, de Embaixador Comercial das Relações Bilaterais Brasil - Reino Unido



Brukcham apresenta documento para a melhoria e evolução da Justiça no Brasil

Foto: (esq.) Nildo Masini (vice presidente do Sictel), Ignácio de Moraes Júnior (presidente da Nutriplus Alimentos), José Henrique Nunes Barreto (presidente do Comitê de Assuntos Políticos e Institucionais da Brukcham e presidente do Sindifumo), Alexandre Antonio da Costa Lucena (presidente da Brukcham), João Carlos Basílio da Silva (presidente do Conselho Superior da Brukcham e presidente da Abihpec), Senador Garibal Alves Filho, Décio Pedro (gerente de negócios da Mapsolo Engenharia). Luigi Nese (presidente da Confederação Nacional de Serviços), Alexandre Ferreira Gomes dos Santos (gerente comercial da Mapsolo Engenharia), Luiz Hiroyuki Maeda (presidente da Systemplan).

Garibaldi Alves Filho, presidente do Senado Federal, recebeu das mãos de Alexandre Antonio da Costa Lucena (presidente da Brukcham), João Carlos Basílio da Silva (presidente do Conselho Superior da Brukcham) e de José Henrique Nunes Barreto (presidente do Comitê de Assuntos Políticos e Institucionais da Brukcham), o título máximo de **Embaixador Comercial das Relações Bilaterais Brasil - Reino Unido**, em encontro com empresários e representantes patronais, em São Paulo. Na mesma oportunidade a Brukcham entregou ao Senador documento intitulado "**Legística - Modelos de Avaliação e Qualidade Legística**", elaborado em parceria com o INQJ - Instituto Nacional da Qualidade Judiciária. Tal documento contém propostas para melhoria e evolução da Justiça no Brasil e tem por objeto primário três projetos específicos: o **Projeto Legística**, que versa sobre a implantação no Brasil de um modelo formal de análise de impacto de novas leis, bem como promove a melhoria da qualidade legislativa; o **Projeto Celeridade Judiciária**, que visa reorganizar o fluxo processual brasileiro focando na eficiência da tramitação das ações judiciais para assim acabar com a morosidade da Justiça e o **Índice de Impacto Econômico da Justiça**, que visa medir regularmente o quanto a justiça nacional contribui ou atrapalha o desenvolvimento nacional, separado por setores econômicos. O estudo do fenômeno legislativo, compreendendo o processo de formação das leis e o direito constituído vigente, vem ganhando relevância em muitos países, especialmente na Europa, nas últimas décadas. Diante dos efeitos nefastos de uma legislação produzida sem planejamento e de forma pouco criteriosa, a preocupação com a qualidade da produção normativa passa a ocupar a pauta de prioridades de diversos governos. Esse quadro justifica os esforços empreendidos na tentativa de implementar a produção de regulamentações de qualidade, mais eficazes e menos onerosas, que assegurem ao sistema normativo mais credibilidade e possibilitem a diminuição de custos para as empresas, o acesso mais fácil e mais efetividade às normas.